

A HISTÓRIA DA PROFISSÃO DOCENTE EM PORTUGAL: BALANÇO DA INVESTIGAÇÃO REALIZADA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

ÁUREA ADÃO (*)

Com o 25 de Abril de 1974, a função docente tradicional foi posta em causa, assistindo-se desde logo a tentativas de transformação do estatuto profissional dos professores dos ensinos primário e secundário. Estas alterações tiveram implicação no desenvolvimento dos estudos de história da educação; nos últimos decénios, tem-se verificado uma renovação na investigação histórica, especialmente em torno do ensino primário, nele incluindo a condição do seu pessoal docente.

J. Salvado Sampaio foi pioneiro nestes estudos com o seu trabalho *O ensino primário. 1911-1969. Contribuição monográfica* (3 vols., 1975-1977), no qual contempla os professores e a sua formação, estudados com base na legislação e estatísticas publicadas e na imprensa pedagógica. Segue-se-lhe o trabalho de M.^a Filomena Mónica (1978), *Educação e sociedade no Portugal de Salazar (A escola primária salazarista. 1926-1939)*, que se ocupa, em capítulo extenso, da condição do pessoal docente. E ainda sobre o século XX, Áurea Adão (1984) publica *O estatuto socio-profissional do professor primário em Portugal (1901-1951)*.

Em 1987, António Nóvoa publica, em dois volumes, o seu estudo *Le temps des professeurs — Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII^e-XX^e siècle)*. Utilizando uma metodologia inovadora e com base em critérios assentes na prática da profissão como actividade a tempo inteiro, no estatuto legal de uma qualificação reconhecida e no correspondente desenrolar da carreira, na formação profissional específica e na constituição de associações profissionais, faz uma análise socio-histórica da profissão docente no ensino primário, centrando as suas investigações, sobretudo, em dois períodos por ele considerados principais: 1759-1794 e 1901-1933.

Para o início do século XIX, Rogério Fernandes na sua tese de doutoramento *O ensino das primeiras letras em Portugal. 1800-1820* (2 vols., 1987) ocupa-se largamente dos mestres de primeiras letras e do despertar do seu associativismo.

(*) Fundação Calouste Gulbenkian.

No que diz respeito à história do estatuto socioprofissional dos professores do ensino secundário, podemos afirmar que ela está por fazer, excepto em aspectos pontuais e em períodos muito curtos, inserida em obras gerais sobre o ensino liceal (Valente, 1973; Adão, 1982). Em contrapartida, a formação destes docentes e o seu associativismo foram objecto de estudos desenvolvidos: a formação, com os trabalhos do Prof. J. Ferreira Gomes, publicados a partir de 1974; Gomes Bento ocupou-se do segundo tema, pela primeira vez, em 1972-1973, prosseguindo os seus trabalhos até 1978.

Também as análises históricas sobre os professores do ensino superior pouco têm atraído os investigadores portugueses. Exemplo flagrante desta escassez foi o congresso sobre a história da Universidade (1990), no qual as comunicações directamente relacionadas com os professores não perfizeram a dezena. Recentemente (1992), surgiu a obra *Memoria professorum Universitatis Conimbrigensis. 1772-1937*, organizada sob a direcção do Prof. M. Augusto Rodrigues e publicada pelo Arquivo da Universidade de Coimbra. A obra fornece os dados biográficos de mais de um milhar de professores, distribuídos pelas diferentes Faculdades, de acordo com uma ficha-padrão contendo a naturalidade, filiação, data da primeira matrícula, graus obtidos, cadeiras regidas, jubilação, cargos desempenhados, publicações.

O ESTATUTO SOCIOPROFISSIONAL DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS

Este tema está estudado, com algum pormenor, por períodos não continuados, sendo apenas praticamente desconhecido o período que se seguiu à Revolução Liberal de 1820.

Na 2.^a metade do século XVIII, a acção do Estado criou condições adequadas ao desenvolvimento do processo de profissionalização da actividade docente. Após as reformas pombalinas (1759, 1772), os professores e mestres régios passam a desempenhar como ocupação principal o ensino. São obrigados a possuir uma autorização régia para o exercício da actividade, obtida mediante concurso nacional e exame público e são remunerados directamente pela Estado, o qual exerce um controlo efectivo sobre os docentes, graças a diversas medidas, donde sobressai a criação de um organismo encarregado da direcção e coordenação do ensino e de visitas periódicas de inspecção (Nóvoa, 1987).

No início de Oitocentos, a actividade docente mantinha os mesmos parâmetros, embora mais desvalorizada sob o ponto de vista social, devido, em grande parte, aos baixos vencimentos e à ausência de outras regalias profissionais, como a aposentação e a protecção na doença e, ainda, a indefinição de uma carreira profissional. A profissão de mestre de primeiras letras era, para muitos, um recurso face à sua incapacidade para outras actividades mais lucrativas, ou acumulavam-na, legal ou ilegalmente, com elas (Fernandes, 1987).

Nos primeiros decénios do século XX, a carreira docente não se apresenta de forma a atrair para a escola primária muitos jovens interessados na profissão do magistério. Na primeira linha das suas preocupações, os professores primários colocam a questão dos vencimentos, que se mantêm quase sempre insuficientes face ao custo de vida, com excepção para o período entre 1920 e 1923, quando a 1.ª República consegue dar satisfação a algumas das reivindicações da classe (Adão, 1984; Nóvoa, 1987).

A profissão docente depende inteiramente de uma legislação dispersa, ambígua e pouco divulgada, susceptível de interpretações e de aplicações arbitrárias, que se altera com frequência. Por todas estas razões, os professores primários sentem-se pouco motivados para a sua actividade, com grande insegurança social, com desigualdades materiais comparativamente a outros docentes e a outras profissões. A partir de 1930, o seu estatuto socioprofissional degrada-se progressivamente devido a uma política económica gravosa e à supressão de todas as suas organizações profissionais. O Estado Novo faz publicar um conjunto de medidas que são, por si, suficientes para pôr em evidência a mediocridade da escola primária portuguesa e dos seus agentes de ensino, dos quais se destaca a redução da escolaridade obrigatória, o encerramento das escolas normais primárias durante seis anos, a criação dos chamados postos de ensino, empregando pessoal não qualificado.

Na verdade, alguns trabalhos existem relativamente ao estatuto socioprofissional do professor primário, mas muito há a completar, corrigir ou divulgar, com especial destaque para estudos comparados com o estatuto de professores de outros graus de ensino.

EVOLUÇÃO QUANTITATIVA E FEMINIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Que grau de ensino cresceu mais intensamente? Como se tem processado o envelhecimento/rejuvenescimento do corpo docente? Em Portugal, não existem estudos que nos dêem respostas globais a estas questões, sendo o tema abordado num ou noutro trabalho, para períodos muito curtos.

As primeiras mestras régias são nomeadas em 1814, destinadas unicamente ao ensino das raparigas. É a partir de fins do século XIX que se assiste ao processo de feminização do ensino primário, o qual se acentuará no início de 1900. Entre 1910 e 1914, o número de professoras triplica e, nos anos 60, 90% dos docentes da escola primária são mulheres. São, porém, poucos os estudos que tratam da questão da feminização do ensino primário (Sampaio, 1973; Adão, 1984; Nóvoa, 1987) e, em todos eles, o processo é analisado à luz da evolução do estatuto socioprofissional dos professores.

Actualmente, Helena Costa Araújo, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto prepara uma tese de doutoramento sobre *A feminização do ensino e a construção da escola de massas em Portugal (1870-1910/1920-1930)* que,

com base numa metodologia original em Portugal, poderá trazer elementos inovadores, procurando entender como os processos de feminização do ensino e de construção da escola de massas estão interligados (Araújo, 1991).

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

As reformas pombalinas da segunda metade do século XVIII fixaram-se apenas num recrutamento cuidadoso dos professores e mestres régios por meio de um exame de avaliação das capacidades e sem exigência de uma formação específica. Em 1800 são finalmente publicadas as primeiras instruções pormenorizadas relativas aos conteúdos daquele exame.

No decurso do século XIX, três fases se podem distinguir na história do ensino normal primário (Nóvoa, 1987). É a partir da Revolução Liberal que se assiste a uma preocupação maior no que concerne à formação dos professores primários; entre 1816 e 1844, têm lugar as primeiras tentativas de formação dos professores já em exercício, intimamente ligadas à difusão de novos métodos de ensino e, muito especialmente, às experiências de ensino mútuo. Uma segunda fase (1862-1881) caracteriza-se pela criação dos primeiros estabelecimentos para a formação específica e especializada de professores primários, de ambos os sexos, pondo em prática todo um conjunto de experiências com vista a criar um sistema nacional estável de formação. A terceira fase (1881-1901) vai conduzir à consolidação dos cursos de formação de professores organizados numa base técnica e científica. São então criadas quatro escolas normais de 1.ª classe em Lisboa e Porto e dez de 2.ª classe (mistas) nas capitais de distrito.

No início do século XX, a formação dos professores primários ocupa já uma posição estável no sistema de ensino oficial, com uma rede de seis escolas normais, uma para cada sexo, nas três cidades principais e 17 escolas de habilitação para o magistério que funcionavam nas capitais de distrito.

A 1.ª República pretende instalar um ensino normal primário que corresponda às exigências da pedagogia moderna e que tenha como objectivo principal o desenvolvimento intelectual dos professores tornando-os aptos para a sua função. As escolas normais remodeladas começam a funcionar em 1918-1919, com um elenco de matérias de carácter essencialmente teórico, com cursos especiais e uma formação pedagógica que inclui exercícios práticos em escolas primárias anexas. Após o Movimento do 28 de Maio de 1926, assiste-se à publicação de uma série de medidas legislativas de remodelação do sistema de formação de professores primários que vão culminar no encerramento de todas as escolas normais entre 1936 e 1942. Quando reabertas, a formação ministrada torna-se mais curta e constitui um retrocesso relativamente ao ensino normal que se pretendia implantar nos primeiros decénios do século XX.

A primeira escola normal primária foi criada em Lisboa e a sua abertura solene teve lugar em 1862. J. E. Moreirinhas Pinheiro, docente da actual Escola Superior de Edu-

cação, tem vindo a publicar um número apreciável de estudos históricos referentes àquela escola, desde o processo da sua criação e os seus regulamentos disciplinares, aos seus professores e directores e à sua vida quotidiana.

A formação pedagógica dos professores do ensino secundário, embora reclamada praticamente desde as origens da criação dos liceus (1836), só foi objecto de medidas legislativas em finais do século XIX.

Na evolução da formação pedagógica dos professores do ensino secundário até 1974, destacam-se três grandes momentos: 1.º o Curso de Habilitação para o Magistério Secundário, durante os primeiros 15 anos do século XX; 2.º as Escolas Normais Superiores de Coimbra e Lisboa, que funcionaram entre 1915 e 1930; 3.º o Curso de Ciências Pedagógicas que funcionou nas Faculdades de Letras de Lisboa e Coimbra, de 1930 a 1974. Do ponto de vista historiográfico, como deixámos atrás referido, contamos unicamente com os trabalhos do Prof. J. Ferreira Gomes, o primeiro dos quais publicado em 1974, *Apontamentos para a história da formação psicopedagógica dos professores do ensino secundário*, seguido de outros, com destaque especial para o desenvolvido estudo *A Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra (1911-1930)*, publicado em 1989.

Reconhecemos que a história da formação do pessoal docente tem merecido maior atenção comparativamente com outros aspectos referentes à condição docente. Existem, porém, temas que mereciam ser estudados, dos quais destacamos: a origem social e geográfica dos candidatos ao magistério, a prática pedagógica e os conteúdos de ensino, o corpo docente das escolas normais, processos de recrutamento e formação académica dos candidatos. Enfim, uma história geral da formação dos professores dos diferentes graus está ainda por fazer.

O MOVIMENTO ASSOCIATIVO DOS PROFESSORES

Poucos são os estudos sobre o associativismo docente. Foi no início da década de 70 que se produziu o primeiro estudo desenvolvido sobre o tema, no quadro dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente. Gomes Bento publica então a sua *História do movimento associativo dos professores do ensino secundário — 1891 a 1932* (1972-1973), a qual veio a ser refundida e ampliada quatro anos após o 25 de Abril de 1974, tendo nela também lugar o associativismo dos docentes do ensino primário.

Áurea Adão (1984) e António Nóvoa (1987), nos seus trabalhos sobre os professores do ensino primário e o seu estatuto, dedicaram capítulos especiais ao tema, tendo o último tratado, pela primeira vez, o ciclo que se inicia na 2.ª metade do século XIX. Rogério Fernandes, mais recentemente (1989), ocupou-se da primeira tentativa de organização dos professores, nos inícios do século XIX.

Nos últimos decénios do século XVIII, começou a assistir-se, ainda que com pouca frequência, a uma intervenção conjunta dos docentes em torno dos problemas da classe e do ensino, por meio de exposições colectivas.

No século XIX, a primeira fase do movimento associativo dos professores caracterizou-se por uma tentativa de organização de todos os docentes, independentemente do grau de ensino a que pertencessem, com vista a um projecto comum de associação. Foi em 1813 que se iniciou o processo de criação da primeira associação da classe, o *Monte Pio Literário*, sendo os professores e mestres de Lisboa os seus principais impulsores. Esta associação veio a atrair também o funcionalismo público civil e militar e alguns membros de profissões liberais. Assistiu-se, em pouco tempo, à sua irradiação para a província e para o Brasil. Não se tratava de uma organização de tipo sindical mas inseria-se no espírito da confraria tradicional, cujo objectivo principal consistia em «cimentar laços que já se unem como membros de uma mesma Corporação, cujos trabalhos se reúnem em um mesmo fim, que é a Educação, e Instrução pública da Mocidade, e isto debaixo do mais sólido fundamento, e base a mais firme, qual é a união cristã em Jesus Cristo, e o amor recíproco para com o próximo» (Fernandes, 1989). Por volta de 1820, o *Monte Pio Literário* encontrava-se já numa situação de ruína devido, em grande parte, à deserção dos seus sócios e à suspensão do pagamento das contribuições.

A criação da *Associação dos Professores* (1854) correspondeu a um outro passo, nesta primeira fase do movimento associativo dos docentes. A característica mutualista acentua-se nos estatutos desta Associação, cujo fim principal seria promover o bem-estar dos seus associados e melhorar a instrução e a educação popular. Entra, porém, em decadência a partir de 1860, por dificuldades económicas e divisões entre os seus associados (Nóvoa, 1987).

Uma nova fase associativista se inicia, nos começos da década de 1880, com uma primeira experiência de organização da classe, segundo o grau de ensino. Relativamente aos professores primários, surge a *Associação dos Professores de Instrução Primária de Lisboa*, da iniciativa das primeiras gerações de professores diplomados pelas escolas normais. A par do interesse por uma melhoria do estatuto socioprofissional do grupo e pelo progresso da instrução pública, incluía igualmente nos seus objectivos o desejo de criação de uma Federação nacional da classe. De curta existência, esta Associação não veio a desenvolver uma actividade persistente.

Uma tentativa mais consistente de organização dos professores do ensino primário tem o seu início em finais de 1897, quando um grupo de docentes se reúne e lança as bases de uma *Associação dos Socorros Mútuos do Professorado Primário Português*, com sede provisória em Coimbra. De características essencialmente mutualistas, inspirada no funcionamento de organizações similares da classe operária, inscrevia nos seus estatutos, como fins a alcançar: a ajuda aos associados em caso de doença e o pagamento dos seus funerais; a atribuição de subsídios a quem fosse demitido ou suspenso das suas funções. No primeiro ano de existência, abrangeu um quarto dos professores em exercício; entra, no entanto, em declínio rápido, e, em 1903, conta apenas com um sexto dos docentes.

Desde o início do século XX, outras formas de associativismo começam a ser encaradas, de modo que o movimento não se limite unicamente ao auxílio mutualista. É uma parte da imprensa pedagógica quem toma a direcção da iniciativa (Adão, 1984; Nóvoa, 1987). Em 1907, surge a *Liga Nacional do Professorado Primário Português*, com sede em Coimbra e que agrega sobretudo professores do Norte. A defesa dos interesses materiais e morais dos docentes e a luta pelo desenvolvimento da instrução inscreviam-se, nos seus estatutos, como objectivos prioritários. Contudo, a sua actividade foi reduzida. Mas nem tudo teria sido negativo nesta fase do movimento associativo dos professores primários; conseguiu-se uma adesão considerável, a organização foi alargada a quase todos os concelhos do Norte e à sua volta reuniram-se figuras de destaque no magistério.

Com a queda da Monarquia, ficam criadas condições para um movimento associativo a nível nacional e assente em bases verdadeiramente sindicais. *O Sindicato dos Professores Primários de Portugal* (1911), com sede no Porto, insere-se neste contexto; os seus estatutos definem-no como uma associação de defesa dos interesses da classe e de luta pela transformação da escola primária tradicional. A divisão entre sectores do professorado e o isolamento dos dirigentes sindicais foram as causas principais da decadência do Sindicato, a partir de 1914-1915. Por essa ocasião, assiste-se a uma proliferação de pequenas associações pouco mais representando que os professores de um núcleo ou de um concelho. O Sindicato dos Professores Primários de Portugal veio a reorganizar-se, transformando-se em uma *Associação Geral dos Professores Primários de Portugal* (1916), destinada a exercer uma acção coordenadora sobre os movimentos regionais e as aspirações da classe.

Na verdade, o movimento associativo dos professores desenvolveu-se a par do movimento operário, não conseguindo, todavia, atingir a mesma amplitude e não o acompanhando nas suas concepções doutrinárias. E é assim que aparece a *União do Professorado Primário Português* (1918), instalada em Lisboa e com objectivos mais próximos das concepções perfilhadas pelo movimento operário. Em 1923, cerca de 70% dos professores primários oficiais estavam nela filiados.

Com a queda da 1.^a República (1926), as organizações operárias são as primeiras a sofrer os efeitos da repressão, a qual veio incidir, pouco depois, sobre o movimento sindical dos professores primários. E a sua União foi dissolvida em inícios de 1928. O último congresso da classe teve lugar dois anos depois.

A primeira *Associação do Magistério Secundário Oficial* surge em 1904, durante uma reunião de professores efectivos do Liceu Central de Lisboa. Os seus objectivos tais como aqueles que presidiam às associações dos professores primários consistiam na defesa dos interesses da classe e no progresso dos estudos secundários. Com uma actividade inicial reivindicativa, reduziu-se progressivamente às direcções eleitas, sem iniciativas de base. Em 1908, poucos sinais da sua vida existiam (Bento, 1978).

Após a implantação da República, uma intitulada direcção da antiga Associação apelou junto da classe para que ela participasse na sua reorganização. Em 1912, são apro-

vados os estatutos para uma *Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais*, aberta a todos os profissionais do ensino secundário. Porém, as tendências divisionistas cedo reaparecem e a Associação transformou-se em uma *Associação do Magistério Secundário Oficial* (1914), sem actividade meritória.

Na sequência da sua exclusão, os professores dos ensinos industrial e comercial acabaram por criar a sua organização própria (1919), menos discriminativa do que as dos colegas dos liceus.

Durante o período de 1917 a 1925, fértil em medidas governamentais sobre o ensino secundário, o movimento associativo dos professores dos liceus manteve-se pouco activo. Só em 1927 se realizou o seu primeiro congresso, ao qual outros se seguiram até 1931.

A partir do momento em que o Estado Novo subordina a actividade das associações a critérios estabelecidos pelo governo e em que proíbe a discussão pública dos problemas dos professores, criam-se tais restrições que não será possível vingar qualquer tentativa de associativismo. A promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional (1933) completa a obra de aniquilamento: a liberdade de associação de todos os funcionários públicos desaparece.

O reaparecimento do movimento dos professores, como resistência ao regime salazarista, tem lugar no início da década de 70, no qual se inserem os Grupos de Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório (Grácio, 1983).

Este tema do movimento associativo dos professores encontra-se, pois, estudado com uma certa profundidade e dimensão. Mas, a grande questão reside na falta de arquivos próprios e de testemunhos pessoais. Por meio da imprensa pedagógica e de outras fontes disponíveis poder-se-ia proceder a um estudo dos congressos e conferências docentes, realizados no âmbito da actividade associativa. Outro tema a tratar seria o das tendências sindicais e políticas dos dirigentes das sucessivas e diversas associações.

OS PROFESSORES E A IDEOLOGIA DOMINANTE

Neste capítulo, podemos afirmar que, em Portugal, tudo está por fazer. As atitudes dos docentes face ao poder e à evolução das situações políticas não foram até agora devidamente estudadas, o mesmo acontecendo no que concerne ao controlo ideológico a que os professores foram submetidos pelos diferentes regimes políticos. Nos últimos anos, no entanto, estudos pouco desenvolvidos e situados temporalmente têm sido divulgados, dos quais merecem destaque especial algumas comunicações apresentadas no Congresso sobre a «História da Universidade» (1990) e que constam da bibliografia que a seguir apresentamos e o estudo de Rogério Fernandes (1991) sobre as *Opções políticas e perseguições ao professorado nas primeiras décadas do liberalismo*.

O conhecimento das mentalidades dos professores, que constitui um aspecto importante da história da educação, poderia ser feito por meio de fontes pouco exploradas, referentes aos seus percursos de carreira, aos seus modos de vida, à sua produção escrita, utilizando metodologias inovadoras.

BIBLIOGRAFIA

- ADÃO, Áurea e REBELO, Dulce. *O estatuto socioprofissional do professor primário (1968-1974)*. Oeiras: Centro de Investigação Pedagógica/Grupo de Trabalho de Pedagogia, 1977 (mimeo).
- ADÃO, Áurea. «O estatuto cívico e profissional dos professores do ensino secundário». In *A criação e instalação dos primeiros liceus portugueses. Organização administrativa e pedagógica (1836/1860)*. Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian /Instituto Gulbenkian de Ciência, 1982, pp. 207-232.
- ADÃO, Áurea. *O estatuto sócio-profissional do professor primário em Portugal (1901-1951)*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência, 1984.
- ADÃO, Áurea. «The primary school teachers and their international relationship in the beginning of the XX century». In *History of international relations in education. Conference papers for the 9th session of the International Standing Conference for the History of Education* (ed. S. KOMLOSI). Parma: Università di Parma/ «Bolletino» C.I.R.S.E., 1986, vol. III, pp. 159-167.
- ADÃO, Áurea. «Le statut socio-économique de l'instituteur portugais pendant la première moitié du XXe siècle». In *The social role and evolution of the teaching profession in historical context. Conference papers for the 10th session of the International Standing Conference for the History of Education* (ed. Simo SEPPO). Joensuu: University of Joensuu/Bulletin of the Faculty of Education, 1988, vol. III, pp. 262-270.
- ALMEIDA, Manuel Lopes. «A propósito de Bento José, professor de filosofia em Évora». *Boletim Geral da Universidade* (Coimbra), tomo XVII, 1947, pp. 609-623.
- ALMEIDA, Manuel Lopes. *Subsídios para a história da Universidade de Coimbra e do seu corpo académico. 1715-1750*. Coimbra, 1964 (Sep. de «Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra», vol. XXVII).
- ANDRADE, António Banha de. «Diogo Contreiras, mestre coimbrão». *Revista Portuguesa de Filosofia* (Braga), 13 (1), 1967, pp. 59-63.
- ANTUNES, José. «Posição de alguns mestres antes e depois da fundação da Universidade face aos direitos dos povos». In *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso «História da Universidade», 1991, vol. 4, pp. 11-37.
- ARAÚJO, Helena Costa. *Towards an analysis of social class and professionalism in portuguese contemporary teachers*. Londres: Institute of Education/University of London, 1982 (dissertação do curso de mestrado em Sociologia da Educação).
- ARAÚJO, Helena Costa. «As mulheres professoras e ensino estatal». *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Coimbra), 29, 1990.
- ARAÚJO, Helena Costa. «Investigando em torno da feminização do ensino na sua relação com a construção da escola de massas em Portugal». *O Professor* (Lisboa), 3.ª série, 22, Novembro 1991, pp. 54-58.
- BAIÃO, António. «O processo desconhecido contra o lente do Colégio das Artes, M^e Marcial de Gouveia». *Academia Portuguesa de História-Anais* (Lisboa), 90, 1945, pp. 9-45.
- BANDEIRA, Ana Maria. *Professores da Faculdade de Medicina (1772-1820)*. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1986.
- BENTO, José Gomes. *História do movimento associativo dos professores do ensino secundário - 1891 a 1932*. Porto: ed. Autor, 1973.
- BENTO, José Gomes. «Breve história do movimento associativo dos professores na primeira República». *O Professor* (Porto), 2, Dez. 1973, pp. 21-23.

- BENTO, José Gomes. *O movimento sindical dos professores. Finais da Monarquia e I República*. Lisboa: Cadernos «O Professor» /Editorial Caminho, 1978.
- BRAGA, Paulo Drumond. «O Doutor Rui Boto, homem da burocracia régia e mestre do Estudo Geral de Lisboa». In *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso «História da Universidade», 1991, vol. 3, pp. 99-106.
- BRANDÃO, Mário. *O processo na Inquisição de M^e Diogo de Teive*. Coimbra: Universidade, 1943.
- BRANDÃO, Mário. *A Inquisição e os professores do Colégio das Artes*. Coimbra: Universidade, 1948-1969, 2 vols.
- CATROGA, Fernando José de Almeida. «José Falcão, um lente republicano». *Biblos* (Coimbra), vol. 57, 1976.
- FARIA, Mário Alberto dos Reis. *Algumas notas bibliográficas do Prof. Doutor Fernando Andrade Pires de Lima*. Coimbra: 1974.
- FARIA, Mário Alberto dos Reis. *Bibliografia do Prof. Doutor Luís Cabral Moncada*. Coimbra: 1975.
- FARIA, Mário Alberto dos Reis. *Bibliografia do Prof. Doutor Guilherme Braga da Cruz*. Coimbra: 1983.
- FARIA, Mário Alberto dos Reis. *Notas bibliográficas do Prof. Doutor Adriano Pais da Silva Vaz Serra*. Coimbra: 1986.
- FERNANDES, Abílio. «Evocação da vida e obra do Prof. Doutor Luís Wittnich Carrisso». *Cadernos Municipais* (Figueira da Foz), 1986.
- FERNANDES, Rogério. «Os mestres de primeiras letras». In *O ensino de primeiras letras em Portugal. 1800-1820*. Lisboa, 1987, vol. 1, pp. 485-517 (Tese de Doutoramento).
- FERNANDES, Rogério. *O despertar do associativismo docente em Portugal*. Lisboa: Instituto Irene Lisboa, 1989.
- FERNANDES, Rogério. «Opções políticas e perseguições ao professorado nas primeiras décadas do liberalismo». In *Estudos de história contemporânea portuguesa. Homenagem ao Professor Victor de Sá*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.
- GOMES, João Pereira. *Os professores de Filosofia do Colégio das Artes (1555-1759)*. Braga: 1955.
- GOMES, João Pereira. *Os professores de Filosofia da Universidade de Évora (1559-1759)*. Évora: 1960.
- GOMEŞ, Joaquim Ferreira. «Apontamentos para a história da formação psicopedagógica dos professores do ensino secundário». *Revista Portuguesa de Pedagogia* (Coimbra), ano VIII, 1974, pp. 235-272.
- GOMES, Joaquim Ferreira. «Escolas normais para habilitação de professores primários criadas no século XIX». *Revista Portuguesa de Pedagogia* (Coimbra), ano XIII, 1979, pp. 151-216.
- GOMES, Joaquim Ferreira. «Duas listas de professores: uma elaborada pelo Governo do Marquês de Pombal e outra pelo de D. Maria I». *Revista de História das Ideias* (Coimbra), vol. IV (II), 1982, pp. 43-91.
- GOMES, Joaquim Ferreira. «L'Université et la formation psychopédagogique des professeurs de l'enseignement secondaire au Portugal pendant la 1^e République (1910-1926)». In *Higher education and society historical perspectives. Conference papers for the 7th International Standing Conference for the History of Education*. Salamanca: Universidad/Departamento de História de la Educación, 1985, vol. II, pp. 263-271.
- GOMES, Joaquim Ferreira. «As origens da formação pedagógica dos professores do ensino primário e secundário». *Educação e Tecnologia* (Guarda), 1, 1987, pp. 7-12.
- GOMES, Joaquim Ferreira. *A Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra (1911-1930)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1989.
- GOMES, Joaquim Ferreira. «Do Curso de Habilitação para o magistério secundário às Escolas Normais Superiores». *Revista Portuguesa de Pedagogia* (Coimbra), vol. XXIII, 1989, pp. 21-34.
- GOMES, Joaquim Ferreira. «Três modelos de formação de professores do ensino secundário». *Revista Portuguesa de Pedagogia* (Coimbra), ano XXV (2), 1991, pp. 1-24.
- GRÁCIO, Rui. «O Congresso do Ensino Lical e os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do ensino secundário». *Análise Social* (Lisboa), vol. XIX (77-78-79), 1983, pp. 757-791.
- MANSO, Maria de Deus Brites. «O segundo processo na Inquisição do Mestre André de Avelar (1620-1622)». In *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso «História da Universidade», 1991, vol. 4, pp. 281-293.

- MARQUES, João Francisco. «Docentes da Universidade de Coimbra, pregadores da causa restauracionista». In *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso «História da Universidade», 1991, vol. 5, pp. 79-103.
- MERÊA, Paulo. *Relação dos professores da Faculdade de Direito desde a sua criação em 1836*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1966.
- MÓNICA, Maria Filomena. «Os professores». In *Educação e sociedade no Portugal de Salazar (A escola primária salazarista, 1926-1939)*. Lisboa: Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1978, pp. 173-218.
- MONTEIRO, Gilberto. «Luís da Costa Monteiro — O primeiro professor português de Educação Física». *Olisipo* (Lisboa), 106, 1964, pp. 55-64.
- NÓVOA, António. *Rôle Institutionnel du maître: contribution a l'étude de la problématique éducative pendant la 1^{ère} République portugaise (1910-1926)*. Genève: Faculté de Psychologie et des Sciences de l'Éducation de l'Université de Genève, 1982.
- NÓVOA, António. «Portugal 1772-1794. La naissance d'un corps professionnel d'enseignants: le cas des maîtres royaux de lire et d'écrire». In *Education and Enlightenment — 6th session of the International Standing Conference for the History of Education*. Wolfenbüttel, 1984, vol. 11, pp. 205-219.
- NÓVOA, António. *Le temps des professeurs — Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII^e-XX^e siècle)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, 2 vols.
- NÓVOA, António. «Do mestre-escola ao professor do ensino primário — Subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XVI-XX)». *Análise Psicológica* (Lisboa), série V (3), Julho 1987, pp. 413-440.
- NÓVOA, António. «Pour l'étude socio-historique de la profession enseignante au Portugal». In *The social role and evolution of the teaching profession in historical context. Conference papers for the 10th session of the International Standing Conference for the History of Education* (ed. Simo SEPPO). Joensuu: University of Joensuu/Bulletin of the Faculty of Education, 1988, vol. II, pp. 248-263.
- NÓVOA, António. «Profissão: professor — Reflexões históricas e sociológicas». *Análise Psicológica* (Lisboa), série VII (1-2-3), 1989, pp. 435-456.
- NÓVOA, António. «Os professores: Quem são? Onde vêm? Para onde vão?». In *Educação, ciências sociais e realidade portuguesa. Uma abordagem pluridisciplinar* (org. Stephen R. STOER). Porto: Edições Afrontamento, 1991, pp. 59-130.
- PINHEIRO, J. E. Moreirinhas. «Os mestres da 'Sorbonne' de Benfca». *Escola Portuguesa* (Lisboa), 1405, Julho 1974.
- PINHEIRO, J. E. Moreirinhas. *Jornal de impressões de um professor primário (Ano lectivo de 1957-58)*. Lisboa: s. ed., 1975.
- PINHEIRO, J. E. Moreirinhas. *Notas sobre a Escola Normal Primária de Lisboa e alguns dos seus mestres*. Lisboa: Edição da E.M.P.L., 1976.
- PINHEIRO, J. E. Moreirinhas. «Actividade pedagógica de Irene Lisboa». *Escola Democrática* (Lisboa), ano VII (3), Janeiro 1985, pp. 59-63.
- PINHEIRO, J. E. Moreirinhas. «Contribuição para o estudo da obra de Adolfo Lima». *Escola Democrática*, (Lisboa) ano VII (5), Setembro 1985, pp. 77-80.
- PINHEIRO, J. E. Moreirinhas. «Sinopse cronológica de alguns acontecimentos relacionados com a Escola Primária de Lisboa». *Lisboa — Revista Municipal* (Lisboa), ano XLVI, II série (14), Out.-Dez., 1985, pp. 18-35.
- PINHEIRO, J. E. Moreirinhas. «Irene Lisboa - normalista». *Escola Democrática* (Lisboa), ano VIII (1), Dezembro 1985, pp. 41-46.
- PINHEIRO, J. E. Moreirinhas. «Os directores da Escola Normal Primária de Lisboa para o sexo masculino (1862-1930)». *Escola Democrática* (Lisboa), ano IX (1), Maio 1987, pp. 36-43.
- PINHEIRO, J. E. Moreirinhas. «Cronologia de alguns acontecimentos relacionados com a Escola do Magistério Primário de Lisboa». *Escola Democrática* (Lisboa), ano X (2), Dezembro 1987, pp. 36-43.

- PINHEIRO, J. E. Moreirinhas. «Os mestres efectivos da Sorbonne de Benfca (1920-1923)». *Escola Democrática*, ano IX (3), Janeiro 1988, pp. 56-64.
- PINHEIRO, J. E. Moreirinhas. «Notas sobre a Escola Normal Primária de Lisboa. Ano de 1864». *Lisboa — Revista Municipal*. (Lisboa), 23, 1.º trimestre 1988, pp. 31 e seg.
- PINHEIRO, J. E. Moreirinhas. «Dois curiosos regulamentos disciplinares da Escola Normal de Lisboa no ano de 1864». *Escola Democrática* (Lisboa), ano IX (5), Agosto 1989, pp. 28-32.
- PINHEIRO, J. E. Moreirinhas. «Factos e documentos inéditos. Escola Normal de Lisboa (1926-1930)». *Escola Democrática* (Lisboa), ano X (1), Setembro 1989, pp. 45-52.
- PINHEIRO, J. E. Moreirinhas. «Alguns documentos sobre a actividade pedagógica de António Aurélio da Costa Ferreira na Escola Normal Primária de Lisboa». *Escola Democrática* (Lisboa), ano X (1), Setembro 1989, pp. 72-76.
- PINHEIRO, J. E. Moreirinhas. «Breve cronologia da actividade pedagógica e literária de Irene Lisboa». *Escola Democrática* (Lisboa), ano X (2), Dezembro 1989, pp. 23-29.
- PINHEIRO, J. E. Moreirinhas. «Notícia histórica sobre a Escola do Magistério Primário de Lisboa». *Escola Democrática* (Lisboa), ano X (3), Fevereiro 1990, pp. 33-38.
- PINHEIRO, J. E. Moreirinhas. «Notas sobre a vida quotidiana na escola anexa à Escola Normal Primária de Lisboa no ano de 1864». *Escola Democrática* (Lisboa), ano X (4), Abril 1990, pp. 27-29.
- PINHEIRO, J. E. Moreirinhas. «Como foram providos definitivamente os professores contratados da Escola Normal Primária de Lisboa no ano de 1923». *Escola Democrática* (Lisboa), ano XI (1), Novembro 1990, pp. 42-45.
- PINHEIRO, J. E. Moreirinhas. «Adolfo Lima, história duma prisão». *Informação em Educação. Boletim do C.D.I. da E.S.E. de Lisboa*, ano I (1), Out.-Dez. 1990.
- PINHEIRO, J. E. Moreirinhas. *Do ensino normal na cidade de Lisboa. 1860-1960*. Lisboa: Porto Editora, 1990. *Publicações dos professores da Faculdade de Letras*. Coimbra: Universidade, 1976-1983, 2 vols.
- RODRIGUES, Adriano Vasco. «O Instituto do Professorado Primário Oficial Português». *Escola Democrática* (Lisboa), ano VII (1), Outubro 1984, pp. 19-24.
- RODRIGUES, Manuel Augusto. «D. Paulo Hodar, presbítero maronita e professor de Línguas Orientais na Universidade de Coimbra (1773-1780)». *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* (Coimbra), vol. 7, 1985, pp. 1-65.
- SÁ, Artur Moreira de. «Álvaro Gomes e o ensino da Teologia no século XVI». *Revista Portuguesa de Filosofia* (Braga), tomo XXXVIII-II, fasc. 4, 1982, pp. 543-548.
- SÁ, Artur Moreira de. «Jerónimo Cardoso e os mestres da Universidade de Lisboa em 1536». *Revista da Universidade de Coimbra* (Coimbra), vol. XXX, 1984, pp. 253-278.
- SALVADO, Joaquim da Costa. «Diário de um professor». *Jornal do Fundão*, 12 e 19 Junho e 10 Julho 1981.
- SAMPAIO, José Salvado. «A feminilização da docência». *O Professor* (Porto), 2, Dezembro 1973, pp. 14-16.
- SAMPAIO, José Salvado. «Ensino normal primário». In *O ensino primário. 1911-1969. Contribuição monográfica*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência/Centro de Investigação Pedagógica, 1975, vol. I, pp. 95-126; 1976, vol. II, pp. 153-169; 1977, vol. III, pp. 102-114.
- SAMPAIO, José Salvado. «Professores». In *O ensino primário. 1911-1969. Contribuição monográfica*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência/Centro de Investigação Pedagógica, 1975, vol. I, pp. 135-206; 1976, vol. II, pp. 176-252; 1977, vol. III, pp. 118-143.
- SANTANA, Francisco. *Contributo para um dicionário de professores e alunos das aulas do Comércio*. Sep. de «Comércio Português», Jul./Set. e Out./Dez. 1972; Jan./Mar. e Abr./Jun. 1973.
- SANTOS, Mariana Machado. «Bento José de Sousa Farinha e o ensino». *Biblos* (Coimbra), ano XXIII (1), 1947, pp. 81-141; ano XXIII (2), 1947, pp. 497-542.
- SANTOS, Mariana Machado. «Professores de Filosofia nos séculos XVII e XVIII no Brasil». In *Actas do Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros*. Nashville: 1953, pp. 289.
- SANTOS, Mariana Machado. *Os professores de Humanidades, Filosofia e Teologia, que ensinaram em Évora, o paradeiro das suas postilas manuscritas, em Portugal*. Évora: 1967.

- STOER, Stephen. «A Revolução de Abril e o sindicalismo dos professores em Portugal». *Caderno de Ciências Sociais* (Porto), 3, Junho 1985, pp. 61-83.
- VALENTE, Vasco Pulido. «Os professores (1759-1926)». In *O Estado liberal e o ensino. Os liceus portugueses (1834-1930)*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais, 1973, pp. 116-149.
- VICENTE, António Pedro. «Conflitos académicos durante a 1.ª República — professores acusados de ofensas às instituições democráticas. 1919». In *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso «História da Universidade», 1991, vol. 5, pp. 337-400.
- VIZEU, Margarida Maria Salazar Alves. «O corpo docente da Faculdade de Leis no período pré-pombalino (1700-1772)». In *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso «História da Universidade», 1991, vol. 3, pp. 121-128.

